

Demolições em Marinhas do Tejo ameaçam enviar moradores para debaixo da ponte em Loures

written by O Cidadão | 17 de Março, 2025



A lona do Festival ao Largo já anunciou o certame do Teatro Nacional de São Carlos, mas agora cobre parte de uma barraca de madeira no bairro Marinhas do Tejo, em Loures, onde moradores temem ir trabalhar e ficar sem-abrigo.

“O que peço é que se tenha aqui um sono tranquilo, para que vão trabalhar relaxadamente, pois não faz sentido ir para fora e estar sempre a pensar: Será? Não será?”, conta Elsanque Cravide, 39 anos, um dos representantes das cerca de duas dezenas de famílias que habitam aquele bairro, em Santa Iria da Azoia, no concelho de Loures.

A dúvida apontada à Lusa pelo morador são-tomense reside no

sobressalto diário de sair para procurar o sustento, em atividades precárias e mal remuneradas, sem saber se quando regressarem às casas de madeira, lonas e chapas de zinco, ou de tijolo (algumas), ainda as vão encontrar de pé.

“Já pedimos à câmara para dar o direito de contribuir e pagar água e luz”, explica Cravide, acrescentando que as precárias habitações possuem energia elétrica, através de uma **“puxada”** de uma casa próxima, mas apenas durante a noite, pois **“a pessoa trabalha e só quando chega a casa liga a luz”**.

O trabalhador numa empresa de **“engenharia civil”**, como descreve a firma com atividade na área do saneamento e calçadas, refere que muitos dos moradores, todos oriundos de São Tomé e Príncipe, **“estiveram noutro sítio, mas o senhorio deu um tempo para procurarem uma casa e, quando não conseguiram, foram postos fora”**, só lhes restando instalarem-se junto à fábrica da Sidul e do viaduto do IC2 (Sacavém-Santa Iria da Azóia).

“Toda a gente aqui trabalha, só queremos é casas com preços acessíveis”, afirma outro morador, Cleuse dos Santos, 38 anos, pintor de profissão, que retrata as dificuldades por que passam os seus vizinhos quando sentencia que **“imigrante não escolhe o trabalho, às primeiras horas tem que aceitar o que aparecer, não importa o salário”**.

O bairro Marinhas do Tejo desenvolve-se num terreno que se transforma em lama com a água da chuva, ao lado de caminhos sob o viaduto do IC2, aqui e aí pontuado de mato, caniços e restos de roupas ou uma velha cómoda abandonada.

“Tentámos inscrever na câmara, mas bloquearam porque tem muita gente à frente”, avança Lor Neves, 39 anos, serralheiro atualmente desempregado.

Depois de ter ficado **“em casa dois dias”**, quando ouviu falar dos despejos, o patrão rapidamente o substituiu sem querer saber o que o inquietou.

O também representante da associação de moradores do bairro Marinhas do Tejo defende que, se os responsáveis camarários os **“querem tirar rapidamente”** dali, **“podiam procurar uma solução e avançar com uma proposta como deve ser”**, que permita

encontrar uma alternativa.

Os moradores foram avisados, em 09 de dezembro, para abandonarem as habitações. A Câmara de Loures tem prolongado o prazo para as demolições, que ameaçam **“25 famílias e cerca de 60 pessoas”**, pelas contas de Lor Neves, apesar de a autarquia estimar a necessidade de retirar **99 pessoas a viver em 15 casas** autoconstruídas e em nove apartamentos no bairro clandestino da freguesia de Santa Iria da Azóia, no distrito de Lisboa.

“Não é fácil. Não estamos aqui porque queremos, estamos aqui porque não há alternativas”, salienta Neves, admitindo que a Câmara de Loures tem reunido com os moradores e apoiado uma parte das **“13 a 15 crianças”** para que frequentem a escola, mas no resto só se disponibilizou para **“pagar uma [mensalidade de] renda e uma caução”** a quem deixe o bairro.

Em relação à alternativa para a maioria dos moradores, Lor Neves admite que o caminho é muito curto e mais duro, e fica mesmo ao lado: **“Se vão nos pôr na rua e deixar debaixo da ponte é pior”**.

Numa nota, o movimento Vida Justa alertou que a autarquia de Loures iria avançar hoje com demolições sem alternativa habitacional em Santa Iria da Azóia, apelando **“ao bom senso do executivo da câmara”** e pedindo para que **“não avance com os despejos sem alternativa habitacional, pois as consequências para as famílias e para o município serão muito piores”**.

A Câmara de Loures anunciou em 29 de janeiro que prolongou por mais um mês o prazo limite para as 15 famílias instaladas em habitações precárias e ilegais em Santa Iria da Azóia encontrarem uma alternativa habitacional.

Em declarações anteriores à Lusa, a vice-presidente da câmara, Sónia Paixão (PS), que detém o pelouro da Habitação, disse que será impossível atribuir uma casa municipal a estas famílias, uma vez que **“existe uma longa lista de espera”** por parte de pessoas em situação de **“maior vulnerabilidade social”**.

O movimento Vida Justa, que denunciou e está a acompanhar o caso, indicou que entre os moradores que vão ser despejados estão 21 crianças, quatro pessoas doentes e uma mulher

grávida.

Fonte oficial do gabinete do presidente da autarquia, Ricardo Leão (PS), disse hoje à Lusa que os **“moradores estão avisados”** para deixarem as casas, mas **“a câmara nunca disse quando”** avançará com as demolições, ditadas pela necessidade de controlar a proliferação de construções clandestinas e também por **“situações de insalubridade”** em que as pessoas vivem.

Enquanto as máquinas não avançam, Elsanque Cravide olha para a pequena horta junto ao acesso ao bairro clandestino, com couves e alfaces, entre outros legumes, e admite que **“essa terra é boa, é uma terra preta”**, como a que recorda da longínqua São Tomé, e que **“as plantas não crescem, voam”**, tal a rapidez com que crescem, à beirinha do Tejo.

OC/LUSA/MP

Foto | Lusa